

DA IGUALDADE PRIMITIVA À IGUALDADE SUBSTANTIVA – VIA ESCRAVIDÃO

István Mészáros

Ao contrário da *igualdade primitiva materialmente fundada* e estritamente determinada, a realização da igualdade substantiva universalmente partilhada só é factível em um nível altamente desenvolvido de avanço social/econômico, que deve ser combinado com uma regulação *não hierárquica* (e portanto *não antagônica*) *conscientemente buscada* de um metabolismo da reprodução social *historicamente sustentável*. Este seria um metabolismo social radicalmente diferente, em contraste com *todas* as fases do desenvolvimento histórico até aqui – incluindo é claro a *igualdade primitiva espontânea* do passado distante enraizada nos graves *constrangimentos materiais* da necessidade natural e luta pela sobrevivência diretamente impostas. Porque o horizonte da consciência da humanidade foi drasticamente limitado e restringido sob as graves determinações da igualdade primitiva. A sustentabilidade histórica é, portanto, totalmente inconcebível em conjunção com tais determinações. Uma “materialidade” daquele tipo, apesar da inquestionável substantividade, por estar ligada à correspondente “espontaneidade” restringida, obviamente não é suficiente para alcançar sustentabilidade histórica. Outras condições devem ser conquistadas em seu devido momento de forma a ser capaz de transformar a *potencialidade* de uma igualdade substantiva materialmente fundada em uma *realidade* historicamente viável.

Mas o requisito de *materialidade*, no caso do ser humano cujo substrato existencial fundamental é a *natureza* objetivamente determinada, é essencial. A condição seminal da materialidade no que se refere à igualdade pode ser posta de lado ou desejar sua inexistência se quiser retirar da existência – como uma regra em um modo reveladoramente discriminatório e com uma perspectiva de classe útil a si mesma – somente por alguma concepção filosófica *idealista*; uma que *predique* a recomendação de algum tipo de igualdade (em geral “aos olhos de Deus” ou “perante a lei”) e ao mesmo tempo negue a realizabilidade de uma igualdade substantiva materialmente corporificada, na sua defesa da ordem social mais iníqua.

A verdade dolorosa da questão é que a importância vital da materialidade e seus requisitos regulatórios não podem ser subestimados no que se refere aos reais desdobramentos – e ao final prevaletentes e deprimentes – do desenvolvimento histórico da humanidade. As mais íntimas determinações do desenvolvimento histórico

totalizante neste planeta são sempre *objetivas*, mesmo quando seus portadores são indivíduos humanos particulares que podem muito bem desempenhar seus papéis sob as distorcidas determinações da falsa consciência. Porque a falsa consciência em questão não é a consciência individualisticamente fantasiosa/arbitrária, como é caracteristicamente mal representada por Max Weber em sua projeção dos fictícios, mas socialmente bastante apologéticos – no sentido de serem decretados como absolutamente insuperáveis – “Demônios Privados” dominando todos os indivíduos. Ao contrário, ela corresponde a determinados interesses objetivos sob as condições do desenvolvimento histórico materialmente antagonístico. Esse é um tipo de desenvolvimento histórico característico de todas as formações sociais em que a completa estrutura de comando da tomada de decisões é – por uma grande variedade de razões identificáveis – alienada do corpo social como um todo, e é corporificada em um órgão político separado, sobreposto, de uma correspondentemente grande variedade ao longo da história, incluindo nosso tempo presente.

Materialidade antagônica

As principais formas de materialidade antagonicamente perpetuadas ao longo da história são:

(1) antigas sociedades de *proprietários de escravos*, controladas por força militar;

(2) *servidão feudal* em que o domínio antagonístico predeterminado e até mesmo religiosamente sancionado continua a ser imposto, onde e quando necessário, pela força;

(3) “*escravidão assalariada*” (nas palavras de Marx), perpetuando a si mesma por meios diretamente material/econômicos, sob o domínio do capital, não importando quão “avançados”, e em última instância salvaguardados por força político/militar.

Em todas as três de suas articulações fundamentais, a escravidão é estruturalmente enraizada e peremptoriamente *hierárquica* no que se refere à realidade objetiva do processo societal real de tomada de decisões. Esse é o caso mesmo do terceiro tipo de escravidão, a *escravidão assalariada*, apesar das *pseudo-igualitárias* pretensões da “democracia” política confinada ao nível mais ou menos esvaziadamente *formal/eletoral*.

Naturalmente, em todos os três tipos de escravidão o controle completo da

materialidade vital do processo sóciometabólico de reprodução permanece divorciado dos próprios produtores. Ao mesmo tempo, as funções produtivas reais devem ser mesmo assim realizadas por aqueles que não estão no controle completo dos papéis objetivamente designados a eles, enquanto os controladores de facto do sistema são é claro incapazes de desempenhar as tarefas reprodutivas necessárias sem as quais a sociedade como um todo iria colapsar. A contradição objetiva de uma tal estrutura reprodutiva é descaradamente óbvia, mesmo que ela seja idealizada na fase histórica da escravidão assalariada pelo lado privilegiado como a benevolente “Mão Invisível” e não percebida como uma contradição insustentável por aqueles no lado receptor.

Em qualquer forma, esse modo de controlar o metabolismo material da reprodução societal ao longo da história não pode ser outro que não objetivamente antagonístico em seu núcleo interno, com seus perigos de potencial instabilidade e mesmo convulsão. No interesse da sua sustentabilidade em andamento, o quadro de referências geral hierárquico estruturalmente enraizado do complexo societal no qual os produtores estão inseridos deve ser predeterminado na origem por determinações materiais de classe, e deve ser politicamente salvaguardado como tal na direção do futuro. O enraizamento material em si – contra o qual as pessoas podem e se rebelam – não pode prover por si mesmo a garantia definitiva de sua perpetuação bem sucedida.

Esse hiato objetivo traz com ele a necessidade de um reforçador e garantidor na forma da estrutura de comando político geral da sociedade dada. Essa estrutura de comando articula a si mesma na história como o poder “soberano” capaz de impor, contra toda a recalcitrância, os potencialmente perigosos requisitos do enraizamento estrutural/hierárquico materialmente explorador.

Significativamente, nesse sentido, *mesmo no estágio da escravidão assalariada capitalista* – quando a modalidade primária de extração de mais-trabalho e sua expropriação discriminatória como mais-valia em expansão é a determinada por classes, e em sua pretensamente “neutra” dependência econômica material dos trabalhadores (combinada com a aparência enganosa da sua “igualdade política” e mesmo “liberdade”) – de vez em quando, em período de crises maiores, formas de controle político *diretamente autoritário* (até mesmo extremamente ditatorial) devem ser impostas sobre a sociedade. Naturalmente, isso é conduzido pela força das armas, no interesse de assegurar o metabolismo de reprodução societal capitalista.

De acordo com isso, nos imediatos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, o semi-fascista almirante Horthy é imposto sobre a Hungria pelos mais

avançados “estados democráticos” de tipo capitalista dos Estados Unidos, Reino Unido e França, bem antes da “marcha sobre Roma” de Mussolini ou a dominação de Hitler na Alemanha orientada para uma aventura mundial¹. Nós vemos desenvolvimentos similares na ditadura militar fabricada pelos Estados Unidos do General Pinochet no Chile, derrubando o presidente democraticamente eleito Allende (lembrar o papel direto de Henri Kissinger nisso), em sintonia com o mais ativo apoio dado a outras ditaduras militares pelos Estados Unidos no Brasil e em outras partes da América Latina como de hábito². O enraizamento material deve, portanto, ser complementado e salvaguardado pelo garantidor último, mesmo que seja a mais repressiva maquinaria político-militar, não importando quão “democrática” a sua justificação ideológica. Uma ordem antagonística de reprodução societal não pode se sustentar sem isso. As condições absurdamente idealizadas da escravidão capitalista – à qual “não pode haver alternativa” – não oferecem exceção a um tal garantidor autoritário último. Esse fato lança uma sombra escura sobre as projeções liberais de “controlar os excessos do Estado” mesmo quando elas são genuinamente emitidas por alguns filósofos políticos liberais.

Apesar disso, a tendência objetiva do desenvolvimento histórico rumo à instituição de uma ordem sociometabólica viável – materialmente fundada – de igualdade substantiva não pode ser negada. A demanda por isso se fez sentir no palco da história da forma mais dramática no tempo da Revolução Francesa e teve que ser reconhecida mesmo pelos defensores da ordem burguesa pelo menos em forma parcial de “igualdade perante a lei”. Mas é claro a demanda por igualdade em uma forma duramente contestada se origina na história em eras antigas a incontáveis séculos. Um filósofo tão grande quanto o próprio Aristóteles teve que descartar tal demanda com observações mordazes. De fato, apesar do seu gênio filosófico, ele foi capaz de fazer pronunciamentos sobre o domínio da igualdade social na forma mais grotesca, chamando os *escravos* de seu tempo de *ferramentas falantes*. Obviamente, então, o interesse de classe pode produzir estarecedora irracionalidade mesmo no caso dos grandes gênios filosóficos

A realização histórica da igualdade substantiva

A realização histórica de uma igualdade substantiva conscientemente buscada é

¹ See Leo Valiani, *Memorie di un patriota: Mihály Károlyi* (Milan: Feltrinelli, 1958) on the president of the Hungarian Republic after the collapse of the Austro-Hungarian empire in 1918. See also Valiani's seminal book *The End of Austria- Hungary* (New York: Knopf, 1973).

² See on this subject Christopher Hitchens, *The Trial of Henry Kissinger* (London: Verso, 2002).

claro depende da real produção de suas condições materiais no sentido mais abrangente. Advogar a realização de uma conquista histórica tão monumental seria apenas um desejo “dever ser” se suas condições tiverem que ser postuladas na forma de “Graça Divina” ou façanha de algum misterioso “Espírito do Mundo”, como encontramos tantos desenvolvimentos históricos projetados nas concepções filosóficas idealistas do passado.

Mas em verdade esse não é o caso no que se refere à questão da igualdade substantiva. Porque o fundamento humano natural do processo histórico em andamento rumo à realização da igualdade substantiva é ele mesmo material precisamente no sentido mais abrangente no qual todos os seres humanos objetivamente partilham a comunalidade de seu substrato natural fundamental, com as suas mais variadas potencialidades criativas. Apenas as iníquas condições de regulação metabólicas feitas pelo homem, surgindo dos interesses adquiridos auto-perpetuantes, podem perverter aquela equidade natural fundamental em uma realidade institucionalizada socialmente discriminatória, cumprindo os requisitos exploratórios pré-determinados do enraizamento hierárquico estrutural estabelecido, e acima ultrajantemente conceitualizado em termos de membros da classe subordinada até mesmo na condição sub-humana de “ferramentas falantes”. De fato, devido aos mesmos interesses de classe adquiridos, a classe socialmente reprimida de pessoas pôde ser conceitualizada na forma do mais absurdo racismo também num estágio muito posterior à Grécia antiga de Aristóteles, quando o grande filósofo dialético racional Hegel pôde contradizer seu próprio democratismo epistemológico que verdadeiramente abriu caminhos ao falar sobre “o caráter Africano” com referência aos escravos do seu tempo³.

Em contraste com Aristóteles, em Hegel nós encontramos uma muito mais sofisticada justificação do injustificável. Isso é bem compreensível não apenas porque a demanda por igualdade da Revolução Francesa – no caso de Babeuf e sua “sociedade dos iguais” mesmo por igualdade materialmente substantiva – irrompeu com grande força no palco da história, mas também porque o próprio Hegel apaixonadamente apoiou seus componentes anti-feudais. No entanto, dado o seu próprio horizonte de classe, conscientemente partilhado em um sentido positivo com o trabalho de Adam Smith, Hegel não pôde contemplar nenhuma forma de ordem política e social que pudesse ser contrária à substância de classe burguesa e exploradora emergente e em

³ Ver István Mészáros, *Social Structure and Forms of Consciousness*, vol. 2, *The Dialectic of Structure and History* (New York: Monthly Review Press, 2011), 241–95.

consolidação no período pós-revolucionário. Seu discurso, portanto, centrou-se na ideia de uma Liberdade histórico-mundial em desdobramento, relegando o problema da Igualdade ao domínio do que ele descreveu com desprezo indisfarçável e sumária negatividade como “a insensatez do Entendimento”, estabelecendo-a em agudo contraste com o domínio idealizado da própria Razão⁴.

Dessa forma, a materialidade socialmente mais problemática e de fato antagonística pôde retroceder daquilo que Hegel considerava o horizonte propriamente filosófico. O problema e dilema subjacente teve que ser transfigurado na inquestionável idealidade da realização histórica e, no esquema hegeliano das coisas, nas inseparáveis Razão e Liberdade, graças aos postulados bons serviços da identidade Sujeito/Objeto. Ao mesmo tempo as formas de antagonismo material estruturalmente prevaletentes – tanto o interno, socialmente explorador, quanto o internacional, necessariamente belicoso – puderam ser organicamente incorporados em sua monumental narrativa do desenvolvimento histórico mundial, caracterizado por Hegel como “os caminhos de Deus”, a Teodiceia do espírito do mundo⁵.

Certamente, Hegel não nega ao menos a potencialidade do antagonismo social, como descrito já no grande trabalho de Adam Smith. Mas ele pôs de lado em sua Filosofia do Direito os perigos explosivos que poderiam surgir das duras previsões admitidas de necessitadas “populações excedentes” com a solução fantasiosa de uma idealizada expansão colonial ultramarina europeia desejosamente projetada para ir adiante para sempre no futuro. Além disso, também a dimensão internacional do antagonismo apareceu na concepção de Hegel desde o tempo de seus primeiros escritos em diante, e permaneceu sempre qualificado em uma maneira igualmente não problemática. Ela tomou a forma de não apenas asseverar a necessidade de fato das guerras mas simultaneamente também a sua recomendação positiva, advogada por ele em nome de evitar a estagnação moral. Por conseguinte, em uma passagem de cinco linhas do trabalho juvenil sobre Lei Natural, repetido por Hegel palavra por palavra na muito mais tardia Filosofia do Direito, nós aprendemos que graças às necessidades de guerras purificadoras, “a saúde ética do povo é preservada”.⁶

Nesse sentido, Hegel estava bem consciente das duas dimensões fundamentais do antagonismo material, inseparáveis da desigualdade substantiva estruturalmente

⁴ Ver G. W. F. Hegel, *The Philosophy of Right* (Oxford: Oxford University Press, 1952), 130.

⁵ G. W. F. Hegel, *The Philosophy of History* (New York: Dover, 1956), 457.

⁶ Hegel, *The Philosophy of Right*, § 324, 210.

enraizada. Mas – dado o seu horizonte de classe – ele teve que proclamar a sua completa consonância com o sentido do Espírito do Mundo cujo trabalho plenamente realizado neste mundo só poderia ser questionado em sua visão pelos impacientes e “jovens imaturos” mas não pelo “homem maduro”⁷. É por isso que na grandiosa concepção histórica de Hegel – expressa em termos da “Astúcia da Razão” do Espírito do Mundo (*List der Vernunft*) usando indivíduos histórico mundiais como Alexandre Magno, Júlio César, Lutero e Napoleão, como meras ferramentas de seus próprios propósitos ocultos – a ideia de liberdade teve que tomar o espaço da igualdade materialmente substantiva.

Ferramentas histórico mundiais desse tipo, nas mãos do espírito do mundo, poderiam certamente ser chamadas de “ferramentas falantes”, e de fato ferramentas eloquentemente falantes do tipo mais nobre. Aristóteles ficaria impressionado por tal mudança de sentido, vendo seu próprio aluno, o grande Alexandre, definido assim. Ainda assim, graças ao desenho geral de Hegel em nome do “Absolutamente Astucioso Espírito do Mundo” (expressão dele), a iníqua ordem burguesa recentemente estabelecida poderia conseguir o seu selo de aprovação ideal, sem que ninguém pudesse ser tomado como responsável por suas contradições; nem mesmo pelos parcialmente reconhecidos sofrimentos dos necessitados⁸. Porque quem se atreveria a colocar sob exame a sabedoria do próprio Espírito do Mundo no pico de sua plenamente realizada Teodiceia? Esta seria a maior de todas as contradições filosóficas concebíveis.

Em termos de emancipação humana a demanda por igualdade está inextrincavelmente combinada com substantividade material. Igualdade formal no campo do domínio político sem a estruturalmente equivalente substantividade material na tomada de decisões – mesmo se em termos de comparação histórica ela possa ser considerada significativa em contraste com o passado escravista feudal ou antigo – seria vazio e anulável; como de fato acontece em sua operação real, e mesmo em seus limitados termos de referência. Thomas Hobbes não hesitou em chamar a substantividade sem materialidade uma contradição em termos. É assim que ele coloca: “substância e *corpo* significam a mesma coisa; e assim *substância incorpórea* são meras palavras, as quais quando colocadas juntas destroem uma à outra, como se alguém dissesse *corpo Incorpóreo*”⁹.

⁷ See the discussion of this problem in G. W. F. Hegel, *The Philosophy of Mind* (Oxford: Oxford University Press, 1971).

⁸ G. W. F. Hegel, *The Encyclopaedia Logic* (Indianapolis: Hackett, 1991), 284; *The Science of Logic* (New York: Humanity, 1969), 746.

⁹ Thomas Hobbes, *Leviathan* (London: Penguin, 1982), 429. Italics in original.

Nesse sentido, qualquer afirmação de ter realizado a igualdade dos trabalhadores no domínio da emancipação social e política por conceder a eles alguns direitos formais, enquanto na realidade se nega a eles – sobre o fundamento do estruturalmente prejudicado e assegurado monopólio dos meios de produção a ser investido nas personificações do capital – a substância material de controlar o metabolismo da reprodução social, é exatamente como falar em “*corpos Incorpóreos*”; ou seja, uma contradição em termos.

O Idealismo e o Problema da Materialidade

Evidentemente, ninguém deve acusar Hegel de cometer tal imatura inconsistência lógica, com exceção de sua mais deplorável e grotescamente racista palestra sobre o "caráter Africano". No caso de Hegel, os problemas repousam em outro lugar, com consequências de longo alcance para sua concepção histórica como um todo. Pois, desloca o problema do desenvolvimento histórico da questão materialmente tangível e substantiva da igualdade, com suas determinações objetivas do progresso histórico real e potencial, para a postulação ideal de Liberdade, como o objetivo de auto-objetivação misteriosamente preordenado, Hegel é forçado a procurar um agente ideal supra-humano correspondente de forma que os verdadeiros seres humanos – não importa quão grande, em termos do descrito processo histórico-mundial hegeliano – podem apenas aparecer enquanto meras ferramentas e instrumentos utilizados astuciosamente. É assim que o dinamismo revelador do desenvolvimento histórico se transforma no misterioso Espírito Mundial Absoluto *List der Vernunft* (Absoluta Destreza da Razão explicitamente admitida como tal pelo próprio Hegel fazendo, assim, por decreto, os dois conceitos fundamentais de Razão e Liberdade organicamente combinados na monumental arquitetônica idealista da filosofia hegeliana¹⁰).

Em um dos primeiros trabalhos filosóficos de Hegel, *Jenaer Realphilosophie*, o dilema da “desigualdade do pobre” aparece por um breve momento, e recebe uma solução logicamente consistente, mas *totalmente irreal*. Ele descreve o pobre em sua miserável existência *alienada* (palavras de Hegel) enquanto entra na catedral, e visualiza para ele uma – puramente imaginária – segunda alienação de sua real existência alienada. E assim, o jovem Hegel proclama, graças à postulada segunda alienação, como o descrito pobre faz, em sua mente, sua real existência desaparecer

¹⁰ Hegel, *The Encyclopaedia Logic*, 284.

como uma pequena nuvem no horizonte distante, e então em sua catedral-da-consciência ele “é igual à um príncipe” (*er ist dem Fürsten gleich*). Mas, é claro, as condições de vida reais do pobre não mudaram minimamente. Mais tarde em sua vida, o “velho Hegel” não oferece tais – curiosamente compassivos, mas em última instância imaginários – cenários e soluções. Em seu lugar, como mencionado anteriormente, ele recusa com consistência lógica a demanda por igualdade social como “a loucura da compreensão” - ou seja, o tipo de loucura legitimamente condenada em termos do quadro categorial hegeliano por conta de emanar da mais inferior faculdade da razão humana.

O atual desvelamento histórico das condições da real igualdade humana tem seu “corpo” inidentificável e sua “substancia” no sentido Hobbesiano. Sua agência auto-evidente ou sujeito é o ser humano realmente existe ao longo da história. Conseqüentemente, o desenvolvimento histórico assume uma forma tangível, independentemente de quão antagônica possa ser a tendência atual para a realização de suas potencialidades objetivas. Em contrapartida, projetar o desenvolvimento histórico em termos de “Liberdade como tal”, divorciada de sua necessária conexão com a material igualdade humana substantiva, é inevitavelmente idealista/mistificador. Sua proclamada conceitualidade auto-objetivadora precisa não apenas de um misterioso “Principal Motivador” newtoniano, mas também, no caso de Hegel, continua a se mover por todo o momento até sua realização final “dos modos de Deus”, sua *Theodicaea*. Através da qual a prevista progressão histórica pode ser retratada nas amplas linhas da Filosofia da História de Hegel apenas como uma forma de progressão lógica/concetual, mesmo se representada com rico —Mas especulativamente seletiva e idealistamente pré-ordenada, bem como pré-julgados— material histórico ilustrativo.

Conseqüentemente, Hegel nos oferece os três estágios principais de seu progresso histórico dessa forma:

- (1) no mundo oriental, somente *um* – o dominante/déspota – é livre;
- (2) na Grécia clássica, *alguns* homens são livres;
- (3) na idade moderna, correspondente à “Europa como final absoluto da história.” “*o homem enquanto homem*”, ou, “*homem como tal*” é livre¹¹.

Quanto ao terreno explicativo de tal desenvolvimento histórico que vai de “*um*” para “*alguns*”, até o lógico-genérico “*homem como tal*”, a auto-evidente resposta

¹¹ Hegel, *The Philosophy of History*, 104. Tradução própria do autor.

hegeliana é: o próprio Espírito do Mundo. Mas, é claro, a ideia de que o “*homem como tal*” é livre não significa, de forma alguma, que “*todos os homens são livres.*” Longe disso. A dependência estrutural e a subordinação devem ser mantidas enquanto reguladoras da ordem social. Assim, a “universalidade” projetada do “homem como tal” desprovida de um conteúdo humano histórico é uma *pseudo-universalidade*. Como, de fato, não pode ser diferente nas conceitualizações filosóficas imaginadas da ordem sociometabólica do capital, quando o fetichismo da mercantilização universal – a única praticável, perversa, “universalidade” que tudo invade – solicita uma igualação meramente formal do auto-expansivo valor de troca, subjugando o valor de uso e a necessidade humana.

Não é, portanto, de forma alguma surpreendente que os maiores pensadores da burguesia tiveram que lutar em vão com o conceito de “universalizabilidade”, de Kant à Hegel. Em suas concepções filosóficas mais íntimas eles puderam visualizá-la apenas em um *domínio separado, de outro mundo*, com sua proclamada *substância moral ideal*.

No caso de Kant, esta visão foi explicitada em sua *Crítica da Razão Prática* como o reino do misterioso “*mundo inteligível*”, a qual afirmou que os seres humanos *também* pertenciam, tornando-os, portanto, livres e moralmente responsáveis pelas suas motivações e ações. E Kant afirmou, claramente, que na arquitetura de sua concepção filosófica como um todo “*o primado da razão prática*” ocupava a posição esmagadoramente importante de fundamento. Ainda assim, ambos, Kant e Hegel tentaram identificar de alguma forma o conceito de outro mundo de moral com seus postulados ideais na terra. No caso de Kant com o “dever-ser” do trabalho benéfico do “político moral”, colocado em claro contraste com o rejeitado “político moralista”, e no caso de Hegel com o solenemente proclamado, mas totalmente irrealizável, o antagônico preservador de classe “estado ético”. Assim, de modo similar a Kant, na concepção geral de Hegel – desde a fase mais inicial de seu discurso sobre o “chamado ético” e a “totalidade ética” até o resumo final de suas ideias em seu *Filosofia do Direito* e em seu *Filosofia da História* – uma eticamente idealizada razão política ocupou o fundamento de sua estrutura. Isto constituiu sua própria versão do “primado da razão prática”.

A Identificação Circular da Liberdade e da Razão

Em seu significado fundamental, o desenvolvimento histórico da liberdade apontado por Hegel dizia respeito às principais formações estatais ao longo da história, como destacado em seu relevante trabalho filosófico. E nesse sentido, a *derradeira* formação estatal “do mundo Germânico”[the Germanic world] – de forma alguma referente apenas à Alemanha, mas à todas nações-Estado dominantes da Europa em geral – coincidiu totalmente com a destinação final postulada das “vontades de Deus”. Ele afirmou assim explicitamente em seu *Filosofia da História* como também em seu *Filosofia do Direito*.

A grande dificuldade a este respeito é que, debaixo das soluções idealisticamente transfiguradas do não-mundano recentemente mencionado, oferecidas pelos grandes filósofos clássicos da burguesia, nós encontramos determinações muito reais, de fato ardentes e agonizantemente dolorosas, passíveis de soluções muito diferentes. Os antagonismos estatais mais opressores da humanidade e ameaçadores de nosso tempo não são curáveis nem mesmo pelo mais nobre apelo ao transcendental “reino inteligível” kantiano, nem pela promoção dos postulados ideais de algum “Estado ético” imaginário. Pois eles surgem a partir das contradições insuperáveis do *auto-imposto mundanismo* do próprio antagonismo político, incorporado no *órgão separado* do poder total de controle alienante e estruturalmente enraizado do Estado em sua realidade histórica.

Esse Estado histórico-real é *necessariamente* o inimigo da *igualdade substantiva* por conta de sua determinação estrutural/hierárquica objetiva mais íntima. Nenhum apelo à ideia de um “político moral”, com seu puro “dever-ser” da “paz perpetua” kantiana em um mundo real de guerras interminavelmente destrutivas e autodestrutivas, nem sequer a ainda mais desejosa projeção da “realização das vontades de Deus na terra” dentro e através do “Estado ético” Hegeliano podem alterar isto.

Desde seus primeiros escritos até seus últimos, Hegel sempre esteve intensamente preocupado com os problemas da política. Sua concepção como um todo seria bastante inimaginável sem isso, mesmo que nos anos 1840 os “jovens hegelianos” – por razões próprias, assim como Lukács quase um século depois em um de seus grandes trabalhos, *O Jovem Hegel*, escrito em defesa da dialética em oposição ao dogmatismo sectário – tentaram enfatizar as potencialidades mais radicais do trabalho do velho mestre ¹².

¹² Georg Lukács, *The Young Hegel* (Cambridge, MA: MIT, 1975).

Como um jovem filósofo Hegel projetou, em consonância à sua visão, o benevolente Monstro *Briareu*, conectando-o com suas próprias ideias sobre a defendida “totalidade ética”, e o “chamado ético” para a realização de um resultado um tanto mítico a ser trazido por algo como "o Deus da Nação". E até posteriormente, Briareu desapareceu de seus escritos, e “o Deus da Nação” se transformou no “Espírito do Mundo”, a visão de Hegel de algum tipo de solução ética para os muito reais – de fato, evidentemente antagônicos – problemas do mundo sempre permaneceram em evidência. Dada sua rejeição categórica da igualdade substantiva materialmente fundamentada, ele pôde oferecer apenas uma concepção idealista de Estado eticamente justificada. E isto pôde apenas ser justificado em termos de uma identificação *circular* de *liberdade* e *razão*, porque a demanda universalmente válida por igualdade – cuja dimensão formal, ao menos, foi até mesmo incorporada no decreto dos “Direitos Universais do Homem e do cidadão” da Revolução Francesa, quando algumas claramente identificáveis forças sociais radicais pressionavam por muito mais – tinha de ser eliminado pela classe de Hegel como absolutamente inadmissível.

A identificação de liberdade e razão tinha que ser *circular* porque elas tinham que cobrir e “superar” (no tríplice sentido hegeliano da “*Aufhebung*”) o fundamento de suas socialmente imencionáveis determinações antagônicas. Na realidade a “Liberdade como tal” não pode ter significado em seus próprios termos de referência auto-encerrados. Deve ser a liberdade *por fazer* ou *realizar algo* para adquirir um conteúdo humanamente significativo. E isso deve estar ligado a alguma condição tangivelmente contestada de igualdade ou desigualdade humanas. Mesmo a concepção unilateralmente limitada da "liberdade de" deve ser definida em termos de algo que promove ou restringe a igualdade humana.

No entanto, no desenvolvimento filosófico de Hegel encontramos a ausência determinada-pela-classe da historicamente avançada e materialmente identificável – mesmo que na realidade em si fortemente contestada e "anuladas" pelas potências dominantes – igualdade, em comparação com o passado mais distante. Ainda assim, a *tendência objetiva em desdobramento* é evidenciada não só pelos escritos de alguns grandes pensadores pré-revolucionários, apontando na direção da explosiva demanda por igualdade, como Rousseau, bem conhecido de Hegel, mas também pelo real confronto da própria Revolução Francesa, apesar das limitações dos resultados determinadas-pela-classe. Como Marx fortemente destacou, as determinações de classe incorporadas no Estado burguês emergente começaram a assumir uma forma legal

repressiva contra os trabalhadores já nos primórdios da Revolução Francesa. Assim, a mais significativa à esse respeito

Logo no início da tormenta revolucionária, a burguesia francesa ousou abolir de novo o direito de associação que os trabalhadores tinham acabado de conquistar. Pelo decreto de 14 de junho de 1791 ela declarou toda coalizão de trabalhadores como um “atentado à liberdade e à declaração dos direitos humanos”, punível com a multa de 500 libras além da privação, por um ano, dos direitos de cidadão ativo. Essa lei, que comprime a luta de concorrência entre o capital e o trabalho por meio da polícia do Estado nos limites convenientes ao capital, sobreviveu a revoluções e mudanças dinásticas. Mesmo o Governo do Terror deixou-a intocada. Só recentemente foi ela riscada totalmente do *Code Pénal*¹³.

Sob tais desenvolvimentos em curso Hegel pôde, é claro, reconhecer com felicidade os constituintes anti-feudais das transformações emergentes; mas absolutamente não reconheceu a Necessidade da igualdade objetivamente implícita superando social/materialmente o novo tipo de dominação de classe.

Dessa forma, Hegel pôde apenas afirmar que o “triunfo da Liberdade” consistia na emergência do Estado Germânico como correspondente à idealidade do “Estado ético” do Espírito do Mundo, proclamando sob o fundamento de que tal Estado é, a longo prazo, “*organizado racionalmente*”. E quando ele teve que comprovar que no Espírito do Mundo, agora realizado no mundo moderno, o “homem como tal é livre”, ele pôde fazê-lo – novamente, graças à necessária falta da louvável igualdade materialmente tangível de seu pensamento – apenas proclamando que o Estado ético Germânico racionalmente organizado é livre com total conveniência porque “*ele é racionalmente fundando no princípio da liberdade*”. Assim, em termos da liberdade do “homem como tal” e da totalmente realizada liberdade do Estado como tal a determinação definidora de “racionalmente organizado” e “ser fundando racionalmente no princípio da liberdade” tinham que coincidir e constituir o “círculo de círculos”, eloquentemente elogiada por Hegel dessa forma, não só em seu grande *Ciência da Lógica*, mas também em um de seus maiores trabalhos, *A Fenomenologia da Mente*, ou – como a mesma obra-prima é apresentada em outra tradução em inglês – *A Fenomenologia do Espírito*.

O Círculo de Círculos Hegeliano

¹³ No original Karl Marx, *Capital*, vol. 1 (New York: International Publishers, 1967), 741. Na tradução MARX, O Capital, livro1, tomo2, p. 350 – Os economistas.

Paradoxalmente, o círculo de círculos não foi um fracasso lógico, mas a maior conquista filosófica concebível do ponto de vista da reprodução societal do capital. Pois, ao deixar a socialmente imensionável não mencionada determinação de classe, tornou-se possível a elaboração de uma profunda concepção dialética, mesmo que na forma mais abstrata, graças aos termos de referência correlacionados necessariamente ausentes. Na verdade, pôde-se argumentar que *Razão e Liberdade*, realmente e não falaciosamente, significam a mesma coisa no desenvolvimento histórico, desde que os complementemos com o seu verdadeiro fundamento de materialidade objetivamente desenvolvida de uma *igualdade humana* irremediavelmente irreprimível. Dessa forma, não há necessidade de nenhuma *Força supra-humana* separada e misteriosa.

De fato, do ponto de vista sóciometabólico do capital isto não pode ser aceito. É por isso que uma dialética lógico-metafísica – como se flutuasse no ar purificado, passando do mencionado "um" da estipulada história do mundo especulativamente auto-realizável, através da categoria intermediária dos "alguns" logicamente consistente para a finalidade filosófica abstrata do "homem como tal" e "Liberdade como tal" – teve de substituir a materialidade historicamente identificável e avanço real, transfigurando assim algumas relações de classe inconvenientes em termos idealistas, ainda que moralmente significativos, graças à validade logico-esquelética do progresso dialético projetado.

Deste modo, muito da verdade objetiva transfigurada especulativamente poderia ser explicitada em diferentes domínios da experiência humana, da Lógica e Estética a um conhecimento histórico enciclopédico e à dimensão estritamente legal das idéias e práticas de legitimidade do Estado em um passado mais ou menos remoto. Até mesmo a insistência absoluta de Hegel sobre a necessária *determinação ética* do Estado defendido tem sua *validade relativa*, desde que esteja fortemente qualificada em relação ao fundamento material da sociedade realmente existente. Pois, o intercâmbio societal humano historicamente sustentável é inconcebível sem a aceitação plenamente compartilhada de algumas determinações reguladoras abrangentes, vitalmente importantes e moralmente louváveis. Mas é claro que as determinações normativas requeridas podem e devem ser estabelecidas não por algum supra-humano Espírito do Mundo, mas pelos membros *substantivamente iguais* da humanidade, com base em sua modalidade radicalmente diferente de reprodução sociometabólica não-antagonista, para além dos separados estados político/militares estruturalmente super-impostos constituídos na história.

Hegel estava absolutamente certo ao enfatizar que, para poder falar sobre o desenvolvimento histórico, era necessária alguma medida em termos de qual desenvolvimento rumo a uma condição racionalmente sustentável na história poderia ser expressado. No caso dele, essa medida, pelas já mencionadas razões de idealização-do-Estado, não poderia ser outra senão a Liberdade em si. O problema, contudo, é que a “Liberdade como tal” precisa de alguma medida de forma que possa ser aplicada corretamente ao avanço, ou, pelo contrário, o retrocesso do desenvolvimento societal real.

Ninguém pode negar de forma alguma a importância da liberdade para a realização das potencialidades humanas. Mas essa exigência só pode significar no caso do ser humano – cujo substrato existencial fundamental é a natureza, como discutido anteriormente – a satisfação objetiva das condições da *auto-realização* da humanidade, incluindo, com certeza, as condições culturais / intelectuais mesmas, apropriadas ao desdobramento das condições históricas materialmente asseguradas e emancipatórias. Consequentemente, o avanço na história não pode ser medido abstratamente na generalidade da “*Liberdade como tal*” ou “*Liberdade em si*”, não importa quão plenamente consistente isso possa ser com a determinação igualmente genérica de “*racionalidade como tal*”.

A questão vital em termos de emancipação humana e avanço em relação ao admitidamente necessário requerimento de Liberdade não é a inseparabilidade de Liberdade e Razão, independentemente de quanto podemos concordar com a sua inseparabilidade sem ser preso pelo círculo hegeliano. Em vez disso, a questão crucial é o *avanço real* na substantividade da liberdade. Somente isso pode fornecer a medida apropriada do processo emancipatório. Em outras palavras, o avanço na substantividade da liberdade significa o avanço historicamente identificável nas condições objetivas de sua realização, o que equivale à realização historicamente desdobrada da igualdade substantiva da humanidade.

O Estado e a “Destreza da Razão”

O duplo “círculo de círculos” hegeliano - ou seja, a humanidade como tal é livre quando o Estado é racionalmente fundado no princípio da Liberdade, e o Estado é eticamente realizado em sintonia com a sabedoria da “destreza da razão” do Espírito do Mundo quando ela é constituída sobre o fundamento racional combinado de Liberdade e Razão – não tem mais nenhuma ilusão utópica burguesa pré-revolucionária ligada a ele.

Hegel não tem simpatia alguma pelas ideias democráticas radicais de Rousseau de tomada de decisão política através da “Vontade Geral”. Além disso, no período pós-revolucionário, juntamente com o tumulto das guerras napoleônicas, ele só pode se referir, em termos sarcásticos, ao nobre postulado de Kant da "Paz Perpétua". De certa forma, Hegel até percebe a circunstância irônica na qual os lados militarmente em guerra estão, em termos sociais reais, no mesmo lado burguês, apesar de seus enfrentamentos armados. Nesse sentido, embora elogie Napoleão de uma forma brilhante como um dos maiores Indivíduos Históricos do Mundo escolhidos pelo Espírito do Mundo como ferramenta para seus próprios propósitos, Hegel não tem dificuldade em incluir também o proeminente "colonizador britânico" aqui-inimigo de Napoleão, chamado por ele *Albion pérfido* - sob o estado ético Germânico idealizado.

É claro que essas não são concepções erradas pessoais, filosoficamente corrigíveis, mas as contradições de um período histórico particularmente contraditório, ainda que não se limitem, de forma alguma, a esse período apenas, dada a sua longa pré-história, bem como o seu posterior desenvolvimento histórico até o nosso tempo, em muito, no mesmo espírito. Como vimos acima, levar o Espírito do Mundo à tarefa pelas contradições e fracassos de sua insuperável ordem proclamada, instituída através da instrumentalidade de suas ferramentas humanas Históricas Mundiais, seria bastante escandaloso na visão de Hegel. E isso está longe de ser tão arbitrário quanto poderia parecer. Para o "Grande Desenho" do Espírito do Mundo hegeliano corresponde verdadeiramente a uma ordem realmente existente. Uma ordem sóciometabólica de *irresponsabilidade institucionalizada* no sentido contraditório em que a responsabilidade pode - e também deve - ser feita em tal ordem estritamente *parcial*, limitada aos *microcosmos* operados centrifugamente do sistema. Mas não pode haver *responsabilidade geral*, como uma questão da determinação estrutural fundamental da ordem sociometabólica do capital.

Hegel não é o único grande pensador burguês que idealiza essa insuperável condição e contradição sistêmica. Devemos lembrar, a este respeito, a impressionante projeção de Adam Smith da mesma ausência necessária de responsabilidade geral em seu postulado da – também mítica – "*Mão Invisível*", da qual se espera que resolva benevolmente tudo no final. A grande diferença é que Adam Smith rejeitou acentuadamente a ideia de qualquer *interferência política* na operação – por sua mais

íntima determinação natural ideal – da Mão Invisível, chamando essa ordem reprodutiva espontânea social / econômica de "o sistema natural de perfeita liberdade e justiça" ¹⁴

Em contraste, Hegel situou a história à sua maneira, firmemente acima da "natureza", e teve que encontrar o Sujeito supra-humano politicamente reafirmador para sua concepção de História Mundial. Assim, ele não poderia excluir o Estado e seus funcionários de seu esquema de coisas em um período histórico de grande crise revolucionária e o colapso da velha ordem reprodutiva. Pois, esse colapso - implicando profundamente o correspondente, longe do Estado racionalmente "constituído sobre o princípio da liberdade" - foi seguido por colisões políticas e militares extremas, agravadas pelo perigo iminente de que as forças sociais e políticas radicais, orientadas para a igualdade materialmente ancorada, podiam até prevalecer.

É por isso que Hegel insistiu que "O Estado é a Ideia Divina tal como existe na Terra" ¹⁵. Ele também deixou claro que "A História do Mundo viaja de Leste a Oeste, assim, a Europa é absolutamente o fim da História, a Ásia o início", afirmando ao mesmo tempo sua reivindicação perversamente "universal" sobre a validade absoluta da formação final do Estado Germânico colonizador no sentido mais desavergonhado ¹⁶. Dessa forma, ele escreveu que "É o destino necessário dos impérios asiáticos serem submetido aos europeus; E a China, um dia ou outro, será obrigada a submeter-se a esse destino" ¹⁷.

Assim, a *parcialidade* antagônica e exploratória internamente e internacionalmente teve que prevalecer para sempre na ordem divinamente instituída e sancionada do Espírito do Mundo assim como a inalterável *universalidade* do Estado Germânico plenamente realizado, preordenado, dessa forma, desde o início pela *temporalidade circular* eternizada do Espírito Absoluto. Na opinião de Hegel,

Os princípios das fases sucessivas do Espírito que animam as Nações em uma gradação necessária são, eles próprios, apenas passos no desenvolvimento do único Espírito universal que, através deles, eleva-se e completa-se a uma *totalidade autocompreendida* [...] O Espírito é imortal; Com ele não há passado, não há futuro, mas um essencial *agora* [...] A vida do Espírito sempre presente é um círculo de

¹⁴ Adam Smith, *The Wealth of Nations* (Edinburgh: Adam and Charles Black, 1863), 273.

¹⁵ Hegel, *The Philosophy of History*, 39.

¹⁶ Hegel, *The Philosophy of History*, 103.

¹⁷ Hegel, *The Philosophy of History*, 142-143.

encarnações progressivas [...] As notas que o Espírito parece ter deixado para trás, ele ainda possui na profundidade de seu presente.¹⁸

Monopólio e Competição como um Círculo Vicioso (Global)

É inconcebível encontrar uma solução para essas contradições objetivas constituídas e sustentadas materialmente dentro da estrutura antagônica do sistema de capital. Pois, *nenhuma* dimensão de seu duplo antagonismo estrutural - isto é, nem o *interno*, de opressão de classe, nem o *internacional*, interminavelmente em guerra - é capaz de ser substituído *por si mesmo*, sem superar ao mesmo tempo o outro. A ideia elogiada por Hegel de que as guerras devem ser perseguidas porque nesse sentido "*a saúde ética das pessoas é preservada*" é uma racionalização apologética ideológica vestida em um traje ético desejável. As guerras são realmente perseguidas porque nenhum limite é admissível ao sistema do capital orientado-para-a-expansão, fazendo assim o imperativo estrutural do antagonismo internacional sistematicamente insuperável apesar dos seus perigos últimos. Similarmente, o antagonismo interno da exploração de classe é insuperável porque as determinações estruturais fundamentais da ordem sociometabólica do capital são constituídas de tal modo que o *controle* do processo reprodutivo societário - graças ao monopólio dos meios de produção investido nas personificações do capital - é *radicalmente alienado e sobreposto* aos próprios produtores, em razão do sempre em expansão valor-de-troca.

Uma vez que as duas dimensões sistêmicas do antagonismo interno e internacional *se sustentam ou caem juntas*, a fim de encontrar uma solução historicamente sustentável para os antagonismos estruturais, em última análise, destrutivos é necessário superar *o quadro geral estrutural* do próprio sistema do capital. Quando, no entanto, os interesses dominantes investidos do sistema são compartilhados por seus pensadores, não importa quão grande é sua estatura, suas soluções previstas - seja sustentado conscientemente ou apenas ignorando os antagonismos insuperáveis em questão - podem até resultar no melhor dos casos apenas em remédios *deus ex machina* totalmente fantasiosos para a falta de responsabilidade geral na operação da ordem sociometabólica dada. Consequentemente seus remédios postulados devem ser atribuídos a algo como a "Mão Invisível", ou a supra-humana "Astúcia da Razão".

Na ordem social reprodutiva do capital, o *monopólio* é por sua própria natureza, destrutivo e, em última instância, até mesmo todo-destrutivo. Pois, esse monopólio

¹⁸ Hegel, *The Philosophy of History*, 78- 79.

surge a partir da antagônica centrifugalidade auto-expansionista do sistema do capital. A dimensão *interna* do monopólio sobre os meios de produção - na sua origem atribuída à classe privilegiada das personificações do capital através da "acumulação primitiva" encharcada em sangue - é a *condição primária* necessária para o funcionamento de tal sistema. Consequentemente, deve ser mantido *a todo custo*, mesmo pela mais agressiva força das armas ditatorial, pelo Estado, sempre que essa condição primária é ameaçada. E como a centrifugalidade antagônica auto-expansionista dos microcosmos sistêmicos do capital não tem constituintes objetivos *inerentemente limitantes*, a condição exploradora interna necessária deve confiar para a promoção da dimensão complementar na mesma direção sistêmica necessária *internacional*, através de uma *dominação monopolista que tudo engloba* - até mesmo no projeto cruel de dominação global, e não apenas por Hitler - por meio da atuação da agência político-militar do Estado do capital.

Desse modo, não por acaso que o clímax do desenvolvimento histórico do capital assumiu a forma de *imperialismo monopolista*, responsável por duas devastadoras Guerras Mundiais no século vinte, e igualmente responsável por incontáveis "guerras por procuração" mais ou menos camufladas desde que aquele caminho foi contido apenas em razão do medo da auto-aniquilação total da humanidade através das armas de destruição em massa. Nesse tipo de desenvolvimento socioeconômico e político, contraditoriamente e perigosamente, encontramos a congruência profana do *monopólio e da concorrência*.

A competição, em contraste com o monopólio, se tornou uma das mais dinâmicas e até em mais de um sentido um componente muito positivo do sistema de capital em sua história. Em princípio a sua potencialidade positiva é aplicável também em um sentido não-antagônico no futuro. Entretanto, na ideologia capitalista a competição tende a ser idolatrada sem as qualificações necessárias. Ainda que o problema grave a este respeito é que em nosso tempo, devido à ativação de alguns limites absolutos da ordem sociometabólica do capital, as determinações estruturais antagônicas são articuladas sob a forma de uma *reciprocidade perversa* do monopólio e da competição¹⁹. Perverso porque em vista da centrifugalidade antagônica subjacente em uma escala sempre crescente - devido à crescente concentração e centralização do capital - a competição e o monopólio constituem um *círculo vicioso*. Consequentemente

¹⁹ ver István Mészáros, *Beyond Capital* (New York: Monthly Review Press, 1995), chapter 5, "The Activation of Capital's Absolute Limits," 142–280.

- em uma forma longe de idolatrável e benevolente – a direção irreprimível rumo ao monopólio produz uma competição até mais agressiva, e por sua vez a competição intensificada produz o imperativo do monopólio ilimitado, com todos os seus perigos todo-destrutivos.

Além do mais, também muito longe das projeções idílicas da globalização benevolente, quanto mais o sistema reprodutivo material do capital se torna globalmente interconectado, tanto mais perigoso é este círculo vicioso, em vista da ausência necessária de um estado *global* controlável. Pois sem os estados-nação atualmente existentes, e em sua limitada configuração em alguma medida corretiva a reciprocidade perversa do monopólio e da competição produziria total incontabilidade até mesmo nos países capitalistas particulares. E, graças à perversa reciprocidade sistêmica do monopólio e da competição, a "competição até a morte" em nosso horizonte por recursos materiais estratégicos do planeta - impondo também devastação ecológica inconsequente à natureza - só pode fazer esse perigo muito pior.

Antagonismos Inter-Estatais Insuperáveis do Capital

Um dos problemas mais intratáveis das formações estatais historicamente constituídas é o seu insuperável *antagonismo interestatal* que carrega consigo em nosso tempo o desperdício assombroso de recursos através de gastos militares incontáveis em todo lugar, num mundo de grande miséria para incontáveis milhões.

Apenas a Grã-Bretanha sozinha, uma grande questão de disputa política diz respeito à renovação planejada dos Submarinos Nucleares da Polaris, custando já dezenas de bilhões de libras, antes de se multiplicarem, como é de costume, durante a sua construção. E, obviamente, eles são combinados com cortes massivos - através da reforma parlamentar do sistema de segurança social do Estado de Bem-Estar - para os padrões de vida de 7 milhões de trabalhadores. E os Submarinos Polaris, com suas armas nucleares, são apenas um item do ubíquo gasto militar desnecessário. Uma vez que o desperdício em armamentos é calculado em termos globais, ele equivale anualmente a não longe de *dois trilhões* de dólares, enquanto centenas de milhões de pessoas devem sobreviver com menos de 2 dólares por dia. E para sublinhar a absurda irracionalidade da ordem social reprodutiva estabelecida – aclamada por ser o sistema ideal do "cálculo racional" por Weber e muitos outros - o fato cinicamente velado é que todos os principais estados capitalistas estão desesperadamente falidos (os Estados Unidos sozinho remonta a aproximadamente \$ 20 trilhões), mas continuam a

sujeitar a sua população a tais ditames econômicos e políticos. Além do mais, se acrescentarmos a tudo isso a justificativa oficial para a magnitude quase astronômica dos gastos militares - uma "justificativa" anunciada afirmando que em nosso "mundo perigosamente incerto", o verdadeiro DMA "equilíbrio da Destruição Mutuamente Assegurada" [MAD "balance of Mutually Assured Destruction"] fornece a "segurança" e a "garantia da sobrevivência": uma racionalização cínica em vez de tentar *remover as causas* dos antagonismos profundamente assentados- a irracionalidade determinada política e materialmente da ordem vigente do capital não tem comparação.

É muito importante lembrar-nos aqui que a *última sanção do capital* no passado era a *guerra* se as regras da competição não pudessem produzir através de meios econômicos os resultados apropriados às condições históricas em mudança de acordo com as tendências monopolistas em avanço. Assim como a ideia do "mercado livre", a projeção da "soberania dos estados" (grandes ou pequenos) sempre foi uma ficção. Hegel foi honesto o suficiente para declarar, juntamente com uma suposta justificação, que "os estados menores têm sua existência e tranquilidade assegurada a eles mais ou menos por seus vizinhos; eles não são, desse modo, propriamente falando, independentes, e não têm a prova de fogo da guerra para suportar"²⁰. Na verdade, ele poderia até admitir que as guerras perseguidas tinham, a seu ver, o efeito bem-vindo do fortalecimento da função dominante interna do Estado. Ele fez isso glorificando que "as guerras bem sucedidas verificaram a agitação doméstica e consolidaram o poder do Estado em casa"²¹.

Mais tarde as ilusões da soberania do Estado universal tinham que ser, sem dúvida, deixadas de lado sem cerimônias – até mesmo sob a forma de decretar abertamente as virtudes da "diplomacia de canhão" - pela afirmação impiedosa das relações de poder atuais fazendo um mero punhado de grandes Estados - como uma questão de Direito (ou seja, *de jure*, não apenas *de facto*) - dominar todos os outros. Nesse sentido, a trajetória do imperialismo monopolista não poderia ser inteligível completamente sem as interdeterminações antagônicas do sistema de capital orientado-para-a-expansão. A dominação imperialista e sua racionalização apologética poderiam ir muito bem juntas. O Império Britânico terminou sua longa história apenas há algumas décadas, depois de coexistir felizmente com teorias políticas *liberais* por duzentos anos; e ao contrário no caso dos teóricos políticos liberais completamente obrigados.

²⁰ Hegel, *The Philosophy of History*, 456.

²¹ Hegel, *The Philosophy of Right*, 210.

Entretanto, a questão espinhosa do nosso tempo é a seguinte: o que acontece com a viabilidade histórica do sistema do capital quando ele perder a sua *sanção final de enfrentar, na escala requerida* seus imperativos auto-expansionistas através do perigo suicida atual de outra guerra global, expondo assim também o caráter ficcional da *soberania do Estado equitativo* que poderia ser aceitável no passado pelos "argumentos" da *força materialmente imposta*?

Com certeza, o conceito de igualdade é inaplicável não somente com relação à "soberania do Estado", mas, também, ao Estado em geral. Considerar como *equitativo* todo um sistema de comando global de controle sociometabólico que deve ser *estruturalmente arraigado e hierárquico* por sua determinação mais íntima ó poderia ser uma contradição em termos. Muito parecido com a "Substância incorporeall" e o "corpo Incorporeall" agudamente descartado por Hobbes.

A negação cega da igualdade entra em cena no nosso tempo com a maior das forças. Pois, mesmo que as relações inter-estatais antagônicas pudessem ser consideradas equitativas - para as quais seria necessário descartar a força dinâmica e objetivamente prevalecente da ordem reprodutiva competitiva/monopolisticamente auto-expansiva do capital - mesmo nesse caso a lógica hierárquica/estrutural do sistema de comando do estado enquanto algo historicamente constituído *internamente* seria diametralmente oposta a qualquer ideia de igualdade substantiva. E esta determinação chama ao debate a *realidade global* do próprio Estado, com seus insuperáveis antagonismos internos e inter-estatais que emergem das exigências estruturais fundamentais inseparáveis da anterior discutida reciprocidade perversa entre monopólio e competição no sistema de capital.

Assim, não surpreendentemente, encontramos na modalidade ainda dominante de tomada de decisão política global que a defesa da sanção final do capital de "enfrentar" os seus imperativos auto-expansionistas por meio da guerra não pode ser abandonada. Nem mesmo quando a racionalidade mais elementar deve prever as consequências muito catastróficas na sua obtenção. Mas ignorando isso, a ideia insana de "garantir a segurança pela Destruição Mutuamente Assegurada" ["guaranteeing security by Mutually Assured Destruction"] - não apenas com armamento nuclear, mas também com armas químicas e biológicas de destruição em massa - é elevada ao pináculo de "*pensamento estratégico*". E quem realmente pode garantir que as "guerras por procuração" perseguidas nas últimas décadas não serão transformadas em uma guerra global toda destrutiva em algum momento no futuro? Pois as guerras

relativamente limitadas envolvidas no presente não são apenas insuficientemente recompensadoras para corresponder às exigências da “sanção final” perdida [ou ausente] do capital”. Ao invés disso, elas podem vir a ser *contraproducentes* não só fracassando em cumprir seu papel original - o reajuste brutal das relações de poder em sintonia com as condições históricas em mudança -, mas até mesmo em decorrência de seu impacto ecológico diretamente destrutivo e perdulariamente faminto por recursos sobre a natureza.

Se até mesmo o perigo da destruição da humanidade pode ser ignorado pelo Estado contemporâneo dessa forma, quais são as perspectivas para um resultado sustentável? O liberalismo e a social-democracia em algum momento de suas histórias tentaram introduzir algumas mudanças significativas no processo geral de tomada de decisão política - a social-democracia prometendo até mesmo a realização do "*socialismo evolucionista*" - mas ambos falharam em seus esforços. A realidade prosaica do liberalismo solene acabou por ser o *neoliberalismo* agressivo, e a social-democracia virou as costas, sem vergonha alguma, à sua antiga crença, se colocando ao lado da maioria dos países em neoliberalismo totalmente retrógrado. Assim, aquela anteriormente projetada reformabilidade do Estado provou ser uma ilusão sem esperança.

Na realidade, o grande problema é que o Estado somente é compatível com aqueles tipos de reforma que *reforçam* seu quadro estrutural geral e contraria com grande eficácia tudo o que pode interferir com os imperativos fundamentais de auto-expansão da ordem sociometabólica do capital. As melhorias legislativas *formais* são perfeitamente aceitáveis, desde que não apresentem o perigo de uma mudança estrutural da sociedade. Kant já havia formulado isso muito claramente: "A *igualdade* geral dos homens como *sujeitos em um estado* coexiste muito facilmente com a *maior desigualdade* no grau das posses que os homens têm... Consequentemente a igualdade geral dos homens também coexiste com grande desigualdade de direitos específicos, que podem ser muitos"²².

Os "direitos específicos" em questão são obviamente estabelecidos na proteção da propriedade privada. Pois, defender o quadro estrutural da ordem existente a todo custo é a função primária do Estado. Adam Smith colocou isso com toda a clareza, e em termos que pareciam muito mais embaraçosos hoje: "Até que haja propriedade não pode

²² Immanuel Kant, *Moral and Political Writings* (New York: Random House, 1949), 418.

haver um governo, cujo fim efetivo é assegurar a riqueza e defender os ricos dos pobres"²³.

Além disso, a dificuldade de uma mudança significativa é ainda mais intensificada pelo próprio caráter *global* do problema. Pois o imperativo de auto-expansão do capital, junto com a reciprocidade perversa do monopólio e da competição, não está confinado a um país particular em que poderia ser sanado. Isso caracteriza toda a *ordem sociometabólica* dominante do capital e suas formações de estado, requerendo soluções globais para os *antagonismos sistêmicos* inerentes. O sistema de capital é erguido em três pilares de apoio: capital, trabalho e Estado. Os três não são apenas profundamente conectados entre si em determinados países, mas também bastante inimagináveis em nosso tempo sem as suas interconexões globais de longo alcance. E isso exige a alternativa socialista enquanto uma transformação global.

Outra questão fundamental que ilumina o caráter global da alternativa necessária diz respeito às limitações de introduzir grandes mudanças sociais e políticas *dentro* da estrutura limitada de qualquer Estado revolucionário particular ou Estados, enquanto os Estados da ordem social do capital circundantes podem exercer seu poder subversivo contra os estados particulares em questão, como aconteceu no passado. Não só as revoluções russa e chinesa foram submetidas às selvagens intervenções subversivas armadas dos Estados capitalistas hostis, mas também a Comuna de Paris de 1871 sofreu as consequências devastadoras da solidariedade de classe do chanceler Otto von Bismarck com o governo francês contrarrevolucionário quando ele liberou os prisioneiros franceses de guerra capturados pelo exército alemão para derrotar o inimigo de classe comum. Realmente, a solidariedade de classe burguesa foi formalmente institucionalizada em outubro de 1873, através da "Liga dos Três Imperadores" da Alemanha, da Rússia e da Áustria-Hungria, projetada explicitamente contra qualquer futuro "distúrbio europeu" causado pela classe trabalhadora.

Naturalmente, pudemos testemunhar desde aquele tempo, no último século e meio, incontáveis casos de subversão contra-revolucionária por parte das potências imperialistas *em todo o mundo* contra as tentativas socialistas de mudar a sociedade. Também não devemos esperar nada além da intensificação de tais esforços à medida que a crise sistêmica do capital se aprofunda. Todavia, a inevitável hostilidade e subversão dos Estados capitalistas também carregam o risco para os socialistas de

²³ Adam Smith, *Moral and Political Philosophy* (New York: Hafner, 1948), 291.

adotar estratégias que são ao final auto-destrutivas, como o fortalecimento acrítico do poder estatal que cria seu próprio círculo vicioso de repressão estatal internamente exercida, como aconteceu com o stalinismo. Lênin forçosamente e profeticamente sublinhou que qualquer país que reprime outro país não pode ser livre. Assim, ele defendeu para as minorias nacionais "o direito à autonomia até o ponto de secessão", criticando duramente Stalin - que os reduziu a "regiões fronteiriças necessárias para manter o poder da Rússia" - como um "valentão grão-russo". As trágicas consequências, também da repressão interna, são bem conhecidas.

O Estado em todas as suas formas, constituído na história, é parte do problema, não a solução de si próprio, tendo em vista o funcionamento necessariamente entrelaçado de suas determinações internas e internacionais auto-afirmativas. Não pode haver "socialismo em um país" também nesse aspecto. A questão crucial é a transferência de todos os poderes de decisão, incluindo os exercidos pelo Estado, para o corpo social. Os antagonismos internos e inter-estatais do sistema do capital só podem ser superados juntos. É por isso que Marx enfatizou desde um período muito inicial da formulação de sua concepção revolucionária de que o Estado deve "desfalecer". E ele permaneceu fiel a essa concepção até o final.

A Materialidade Necessária da Igualdade Substantiva

Depois do choque da Revolução Francesa e das guerras que se seguiram, os desenvolvimentos do início do século XIX trouxeram consigo a estabilização da ordem burguesa. Naturalmente, as ilusões utópicas burguesas pré-revolucionárias tiveram que ser descartadas. Mas mesmo assim, de acordo com as circunstâncias dos imediatos antagonismos pós-revolucionários, a ideia de igualdade permaneceu em algum sentido "no ar". Ela poderia até assumir uma forma mais desconcertante pela proclamação da mais alta honra militar na Alemanha sob a forma da Cruz de Ferro "socialmente equitativa", mantida como tal desde 1813 até nossos dias.

Em sua própria especificidade histórica economicamente mais poderosa (e em seu devido curso, também, de longe, a mais perdulária) a ordem burguesa socialmente mais iníqua foi bem sucedida em conseguir se estabilizar suficientemente cedo no século XIX. Estava fora de questão conceder igualdade real à classe subordinada do antigo "Terceiro Estado" que desempenhou um papel vital no relativo sucesso da própria Revolução Francesa. Somente no domínio político *formal*, totalmente em sintonia com os requisitos materiais do metabolismo reprodutivo societário burguês, foi

alguma forma de igualdade aceitável, graças aos esforços reformistas limitados de seus defensores liberais, de Jeremy Bentham a John Stuart Mill e outros. Até mesmo o inglês, vencedor de Napoleão, e por algum tempo o primeiro-ministro do Tory da Grã-Bretanha, o duque de Wellington, poderia concordar com isso, como na verdade ele teve que ser solicitado a fazer nos tempos da muito limitada Lei de Reforma Parlamentar Inglesa de 1831-1832. Pois a ordem estruturalmente enraizada da desigualdade de classe, juntamente com a sua exploração de classe igualmente reforçada pelo estado, não foi significativamente mudada por tais ajustes legais.

No entanto, vimos algum avanço na direção da igualdade real, mesmo se pontuado por graves antagonismos e inversões desencorajadoras. Como resultado, não poderia haver mais nenhuma forma de justificação aberta para a aplicação política/militar da escravidão. A flagrante contradição de ser considerada compatível com os objetivos da Revolução Americana de 1776 a propriedade de escravos de seus "Pais Fundadores" foi eventualmente retificada na Guerra Civil Americana, e também a servidão foi abolida em todo o mundo. E isso não era, em nenhum sentido, o fim da história. A pressão para as transformações revolucionárias continuou em 1848-49 e 1871 e posteriormente rompendo até mesmo a "cadeia do imperialismo" em vários lugares, não apenas através das Revoluções Russa e Chinesa, mas também colocando um fim à dominação *colonial tradicional* na Índia e no Sudoeste Asiático, assim como, igualmente, na África.

Com certeza, a forma mais poderosa de escravidão instituída em toda a história - a *escravidão salarial* do capital - permanece com força. Mas ela deve camuflar seu domínio como estando em coerência com os requisitos fundamentais da Liberdade e da Razão. Por quanto tempo essa mistificação pode prevalecer? Esta é a pergunta difícil. Costumava ser genuinamente afirmado e acreditado nos movimentos sociais mais radicais do século XX que a adequada iluminação político-ideológica pode varrer do caminho a justificação e o poder da escravidão assalariada. Os problemas, entretanto, são muito mais difíceis do que isso. Pois as reais alternativas históricas são definidas em nosso tempo como a necessária transformação da ordem sociometabólica existente da *desigualdade substantiva* em uma radicalmente diferente de *igualdade substantiva*. Nenhuma mudança social e política no passado poderiam ser, mesmo que remotamente, comparada à monumentalidade dessa tarefa. Para isso é preciso a reconstituição total do modo de controle da reprodução material e cultural de nossas condições de existência, desde as menores células constitutivas e microcosmos da atividade produtiva até a

regulação não-hierárquica conscientemente planejada das interdependências globais mais abrangentes.

Como mencionado anteriormente, a verdade é que a *liberdade era parasitária* em toda a história sobre a base real mais ou menos limitada, objetivamente disponível, e o potencial de *igualdade* de seu tempo. Devemos lembrar que já Ciro “o Grande” concedeu os direitos emancipatórios relativos aos seus “plebeus” para participar plenamente nas campanhas militares empreendidas salientando sua verdadeira *igualdade* - dizendo com uma força impressionante que sua consideração de sua igualdade se aplicava também às suas almas - com os guerreiros “nobres” privilegiados. E isso aconteceu perto de dois mil anos e meio antes do tempo de Hegel.

O grande desafio para o nosso tempo é transformar as novas potencialidades historicamente sustentáveis da igualdade substantiva em realidade humanamente auto-realizadora. Inevitavelmente, entretanto, isso sugere a *erradicação total* do Estado conhecido na história - constituído como o estruturalmente enraizado e necessariamente hierárquico, inimigo da igualdade substantiva – a partir de nossa ordem sociometabólica cada vez mais destrutiva.

Título original: “*From Primitive to Substantive Equality – via Slavery*”

Publicado em: *Monthly Review*, vol. 68, Issue 04, setembro de 2016. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2016/09/01/from-primitive-to-substantive-equality-via-slavery/> > Último acesso: abr. 2017.

Tradução Livre de: Fernanda Beltrão, Daniel M. Delfino e Rafael Rossi.

Revisão: Luiz Felipe Barros

11/04/2017.